

Ofício n. 2581/CHGAB/GAB/SEJUSP/2020

Campo Grande/MS, 19 de Agosto de 2020.

Eminente Grão-Mestre,

Apraz-me cumprimentar e na ocasião encaminhar o **Ofício nº 631/2020/GM**, e seus anexos, oriundo do Gabinete do Ministro da Justiça, o qual aborda a consulta pública a respeito do **Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social**, solicitando vossos préstimos no sentido de encaminhar o material à assessoria de comunicação dessa Potência Maçônica, para ampla divulgação em todos os meios de comunicação disponíveis, bem como difusão aos Irmãos do Grande Oriente do Brasil, buscando, assim, a maior participação possível em tão relevante debate ao país.

Atenciosamente,

ANTONIO CARLOS VIDEIRA
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública/MS
Assinado Digitalmente

Ao Senhor
CELESTINO LAURINDO JÚNIOR
Eminente Grão-Mestre GOB-MS.
Rua São Félix, 789 - Vilas Boas
79051-210 - Campo Grande - MS



12174360



08004.000861/2019-88



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

OFÍCIO Nº 631/2020/GM

A Sua Excelência o Senhor
REINALDO AZAMBUJA
Governador do Estado de Mato Grosso do Sul
Av. Poeta Manoel de Barros, Bloco 8, Parque dos Poderes Governador Pedro Pedrossian
79031-350 Campo Grande - MS
gabinete@ms.gov.br

Assunto: Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social - Consulta Pública.

Senhor Governador,

1. Cumprimentando-o cordialmente, informo que foi iniciada consulta pública visando a atualização e o aperfeiçoamento do Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social - PNSP, instituído pelo Decreto nº 9.630, de 26 de dezembro de 2018, em atendimento à Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social - PNSPDS, criada pela Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, do Sistema Único de Segurança Pública - SUSP.
2. A referida consulta pública, cujo propósito é coletar contribuições, sugestões e críticas por parte da sociedade e especialmente dos órgãos de segurança pública em face da minuta de atualização do Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social - PNSP (12089935), foi publicada no Diário Oficial da União (12151786), por meio do Edital nº 1/2020 (12126203), e estará disponível no período de **período de 14 de julho a 28 de agosto de 2020**, exclusivamente na plataforma www.edemocracia.mj.gov.br.
3. Para facilitar o processo de sistematização das contribuições, haverá dois canais de interação: um de acesso livre, destinado à população em geral e o outro de acesso restrito, destinado aos profissionais previamente indicados e pré-cadastrados pelas instituições de segurança pública.
4. Pelo exposto, convido Vossa Excelência a participar e a difundir interna e externamente a referenciada consulta pública.
5. Ao ensejo, permita-me anotar que o Ministério da Justiça e Segurança Pública permanece à disposição para eventuais esclarecimentos por meio do correio eletrônico: consultapublicapnsp@mj.gov.br e do telefone (61) 2025-9378.

Atenciosamente,

31 / 106719 / 2020

ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA
Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA**, Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, em 23/07/2020, às 17:44, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **12174360** e o código CRC **52213FEF**.
O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

ANEXOS:

- Publicação no Diário Oficial da União (12151786);
- Edital nº 1/2020 (12126203);
- Minuta da atualização do Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social - PNSP (12089935); e
- Mensagem encaminhada aos Representantes Indicados (12167662).

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 08004.000861/2019-88

SEI nº 12174360

Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Ed. Sede, Sala 438-A, - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70064-900

Telefone: (61) 2025-9481 - <https://www.justica.gov.br> - E-mail para resposta: protocolo@mj.gov.br

GERÊNCIA DE LICITAÇÕES
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES DE RECEITAS EM BRASÍLIA
RETIFICAÇÃO

No Aviso de Licitação nº 044/LAU-2/SBCT/2020, publicado no DOU de 13/07/2020, Seção 3, pag. 67, onde se lê: "Abertura: 9h, 01/08/2020" leia-se: "Abertura: 9h, 03/08/2020. Edital: www.infraero.gov.br e www.licitacoes-e.com.br (ID 808435). Inf.: (61) 3312-3457.

COORDENAÇÃO LICITAÇÕES DE DESPESAS EM BRASÍLIA
AVISO DE LICITAÇÃO
LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 113/LAU-3/CSAT/2020

Objeto: Serviços de limpeza, higiene e conservação nas dependências da Coordenação de Serviços de Navegação Aérea (NASE-11) e na Coordenação de Segurança Operacional (NASE-12), localizadas na área do Aeroporto Internacional de Porto Alegre Salgado Filho. Abertura: 9h, 04/08/2020, www.licitacoes-e.com.br (824340). Edital: www.infraero.gov.br. Inf.: licitabr@infraero.gov.br e (61) 3312-3748.

CELSO PEQUENO CERQUEIRA
Presidente da Comissão de Licitação

COMPANHIA DOÇAS DO ESPÍRITO SANTO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2020 - UASG 399002

Nº Processo: 1502/2019. Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de reforma da balança rodoviária interna do Cais de Capuaba do Porto de Vitória e manutenção preventiva e corretiva, incluindo o fornecimento de peças, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e seus Anexos. Total de itens licitados: 2. Edital: 14/07/2020 das 09h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00. Endereço: Rua Isidoro Benedito, 48 - Ed. Six - 3º Andar - Cep 29050-300, Enseada do Suá - Vitória/ES ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/399002-5-00015-2020. Entrega das Propostas: a partir de 14/07/2020 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 14/07/2020 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: Os serviços objeto da licitação, Lotes I e II, estão relacionados no Anexo IA e Anexo IB de Termo de Referência. A contratação decorrente deste pregão será regida pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e pelo Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODESA, aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia - CONSAD em sua 492ª Reunião Ordinária, datada da 25 de junho de 2018.

KAMILA BROETTO FEGORETTI PIMENTEL
Pregoeira

(SIASGnet - 10/07/2020) 399002-00001-2020NE099999

COMPANHIA DAS DOÇAS DO ESTADO DA BAHIA
EXTRATO DE CONTRATO Nº 21/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 455/2020 - GIE/SLE01 - MODALIDADE: Dispensa de Licitação em função do valor - CONTRATANTE: Companhia das Doças do Estado da Bahia, CNPJ 14.372.148/0001-61 - CONTRATADA: RC Engenharia ME (Carlos Roberto Cardoso Rodrigues), CNPJ 26.552.632/0001-07 - OBJETO: Elaboração de Projeto de Engenharia para a obra de recuperação das estruturas de concreto armado do TGS do Pier 1, do Porto de Aratu - FUNDAMENTO LEGAL: art. 29, inc. I, da Lei 13.303/2016 e legislação correlata - VIGÊNCIA: 3 (três) meses contados da data da assinatura - VALOR GLOBAL: R\$ 96.200,00 (noventa e seis mil e duzentos reais) - FONTE DE RECURSOS: Dotação Orçamentária 122/2020, Serviços de Terceiros, Código 2.205.000.000 da PDG da CODEBA, exercício de 2020 - ASSINATURA: 09/07/2020.

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 79/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 401/2020. NOME DO CREDOR: TECNOL EQUIPAMENTOS LTDA. CNPJ Nº: 07.127.529/0001-63. OBJETO: Aquisição de equipamentos de sinalização visual para viaturas utilizadas nas operações portuárias nos Portos Organizados de Salvador e Aratu/Candeias. FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação com fundamento no artigo 79, inciso II, da Lei nº 13.303/2016. VALOR ESTIMADO: R\$ 10.971,00 (Dez mil e novecentos e setenta e um reais). PRAZO DE EXECUÇÃO: 30 (trinta) dias. SETOR REQUISITANTE/HISCAL: Gerência de Porto de Salvador.

COMPANHIA DOÇAS DO PARÁ
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

Contrato nº 34/2020; CONTRATANTE: Companhia Doças do Pará-CDP; CONTRATADA: HIDRO ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL LTDA; OBJETO: Contratação de empresa para execução dos serviços de operacionalização de estação de tratamento de esgoto sanitário do Terminal Petroquímico de Miramar com fornecimento de equipamentos para monitoramento operacional de cloro, pH e temperatura, bem como os devidos reagentes a serem utilizados, conforme descrito no Termo de Referência às fls. 78 a 84 do processo CDP nº 1206/2020, que passa a fazer parte do Contrato independente de transcrição; VALOR GLOBAL: R\$ 27.898,56 (vinte e sete mil oitocentos e noventa e oito reais e cinquenta e seis centavos); PRAZO: 6 (seis) meses; FUNDAMENTAÇÃO: Art. 29, inc. II da Lei 13.303/16 c/c art. 99, inc. II do Regulamento de Licitações e Contratos da CDP; DATA DA ASSINATURA: 13.07.2020; SIGNATÁRIOS: Eduardo Henrique Pinto Bezerra e José Alfredo de Albuquerque e Silva, respectivamente Diretor Presidente e Diretor de Gestão Portuária, e Haroldo Luis Pessoa Picanço, Representante Legal da Contratada.

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

Contrato nº 30/2020; Pregão Eletrônico nº 10/2020; CONTRATANTE: Companhia Doças do Pará CDP; CONTRATADA: IGITA PESSOA SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA; OBJETO: Contratação de empresa para prestação dos serviços de engenharia de adequação da rede de abastecimento de água para embarcações no Porto de Santarém; VALOR GLOBAL: R\$ 247.948,93 (duzentos e quarenta e sete mil, novecentos e quarenta e oito reais e noventa e três centavos); PRAZO: 250 (duzentos e cinquenta) dias consecutivos; FUNDAMENTAÇÃO: Leis 13.303/16 e 12.846/13, Decreto 8.945/16 e Lei Complementar 123/05; DATA DA ASSINATURA: 07.07.2020; SIGNATÁRIOS: Eduardo Henrique Pinto Bezerra e José Alfredo de Albuquerque e Silva, respectivamente Diretor Presidente e Diretor de Gestão Portuária, e Ender Moura Pessoa, Representante Legal da Contratada.

AVISO DE LICITAÇÃO
LEILÃO Nº 1/2020 - CDP

A Companhia Doças do Pará torna público que realizará Leilão em 28 de agosto de 2020, nas dependências da B3 S.A., em São Paulo/SP, conforme dispositivos do Edital, nos seguintes termos: 1) OBJETO: cessão de uso onerosa de área e infraestrutura pública não afeta à operação portuária, destinada à implantação e operação de uma usina termelétrica à gás natural localizada no Porto de Vila do Conde, no Estado do Pará, denominadas área 3, medindo 300 073m² 2) OBTENÇÃO DO EDITAL E ANEXOS: O Edital e seus anexos poderão ser obtidos a partir do dia 15 de julho de 2020 no endereço eletrônico da CDP (https://www.cdp.com.br/ute), ou na Sede da CDP em Belém-PA, na Av. Presidente Vargas, 41. 3) REQUISITOS PARA PARTICIPAÇÃO: os requisitos e demais condições de participação estão definidos no Edital do Leilão e seus Anexos.

MARIA DA CONCEIÇÃO CAMPOS CEI
Presidente Comissão Especial de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2020 - UASG 399005

Nº Processo: 2039/2019. Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de coleta, transporte e/ou destinação final dos resíduos gerados nos portos de Belém, Vila do Conde, Santarém (Itaituba, Alimuna, Obidos e nos terminais de Miramar e Outeiro, pelo período de 12 (doze) meses, de acordo com termo de referência e demais condições estabelecidas no edital e seus anexos. Total de itens licitados: 1. Edital: 14/07/2020 das 09h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00. Endereço: Av. Presidente Vargas Nº 41 - Centro, Campina - Belém/PA ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/399005-5-00030-2020. Entrega das Propostas: a partir de 14/07/2020 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 28/07/2020 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: Edital gratuito.

CLAUDIO RIBEIRO DO NASCIMENTO
Pregoeira

(SIASGnet - 11/07/2020) 399005-39914-2020NE122050

COMPANHIA DOÇAS DO RIO GRANDE DO NORTE
EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 7/2020

ESPECIE: Ata de Registro de Preços nº 007/2020. Origem: Pregão Eletrônico nº 023/2020 - Processo nº 107/2020. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA CONFECÇÃO DE DEFENSAS DO TIPO "TUPINQUIUM" - AQUISIÇÃO DE TUBOS DE AÇO SCH 60 PARA O TERMINAL SALINEIRO DE ÁREA BRANCA/RN. Fornecedor: COPPERMITAL COMERCIO DE AÇOS E METAIS (TDA - CNPJ 66.018.441/0001-29. Lote: 01 - Valor total da Ata: R\$ 197.257,00 (cento e noventa e sete mil duzentos e cinquenta e sete reais). Vigência da Ata: 13/07/2020 à 13/07/2021. Detalhamento da ata no site www.codern.com.br, acesso livre. Signatários: Diretores Elis Treidler Oberg, Presidente; Ulisses Danilo Silva Almeida, Administrativo e Financeiro e Francisco Mont'Alverne Pires, Técnico e Comercial, pela CODERN; Paulo Mota Martins, pelo Fornecedor Beneficiário. Assinada em 13/07/2020.

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 8/2020

ESPECIE: Ata de Registro de Preços nº 008/2020. Origem: Pregão Eletrônico nº 023/2020 - Processo nº 217/2020. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL DE FUNDEJO (CORRENTES DE AÇO SAC1524-G107 E MANILHAS) PARA O SISTEMA DE BALIZAMENTO DO PORTO DE NATAL/RN. Fornecedor: CFFIX DO BRASIL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MECANODORIAS EIRELI - CNPJ 29.322.182/0001-07. Lote: 01 - Valor total da Ata: R\$ 141.846,00 (cento e quarenta e um mil oitocentos e quarenta e seis reais). Vigência da Ata: 13/07/2020 à 13/07/2021. Detalhamento da ata no site www.codern.com.br, acesso livre. Signatários: Diretores Elis Treidler Oberg, Presidente; Ulisses Danilo Silva Almeida, Administrativo e Financeiro e Francisco Mont'Alverne Pires, Técnico e Comercial, pela CODERN; Fernando Valbert, pelo Fornecedor Beneficiário. Assinada em 13/07/2020.

Ministério da Justiça e Segurança Pública

SECRETARIA EXECUTIVA

EDITAL Nº 1/2020

PROCESSO Nº 06004.000748/2020-36

O MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, por intermédio da Secretaria-Executiva, disponibiliza para consulta pública a proposta de atualização do Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSP), com fulcro na Lei nº 9.784, de 1994, e no art. 5º do Decreto nº 9.489, de 2018, que regulamenta, no âmbito da União, a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, para estabelecer normas, estruturas e procedimentos para a execução da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social.

1. DO OBJETIVO DA CONSULTA PÚBLICA

1.1 A presente consulta pública tem o propósito de coletar contribuições, sugestões e críticas em face da minuta da atualização do Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSP), atualmente instituído pelo Decreto nº 9.630, de 26 de dezembro de 2018.

1.2 O Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSP) é um conjunto não exaustivo de objetivos, de programas e de ferramentas de governança para fornecer melhores condições de segurança pública e acesso a direitos. Trata-se do principal instrumento de implementação da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, criada pela Lei nº 13.675, de 2018, capaz de induzir o aperfeiçoamento da gestão e governança da Segurança Pública, cujas diretrizes devem ser observadas pelos entes federados para viabilizar o recebimento de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública.

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1 O Edital poderá ser acessado no site: https://www.nova.justica.gov.br/.

2.2 Para acessar a consulta, é necessário que o interessado realize o seu cadastro em https://edemocracia.mj.gov.br/ e siga os seguintes passos:

PASSO 1: Clique no em "CADASTRAR", localizado no canto superior direito.

PASSO 2: Preencha o cadastro.

PASSO 3: Valide seu cadastro de acordo com as instruções remetidas para o e-mail informado no cadastro.

2.3 Qualquer interessado, pessoa física ou jurídica, poderá participar da presente consulta pública, que ocorrerá exclusivamente por meio de ferramenta eletrônica disponível no site: https://edemocracia.mj.gov.br/wiki/gis/.

2.4 Os interessados poderão participar da presente consulta pública apresentando contribuições, sugestões e críticas no período de 14/07/2020 a 28/08/2020.

3. DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1 Dúvidas e esclarecimentos podem ser sanados pelo telefone (61) 2025-9378 ou pelo e-mail consultapublicacpnsp@mj.gov.br.

TÉRCIO ISSAMI TOKANO
Secretário-Executivo



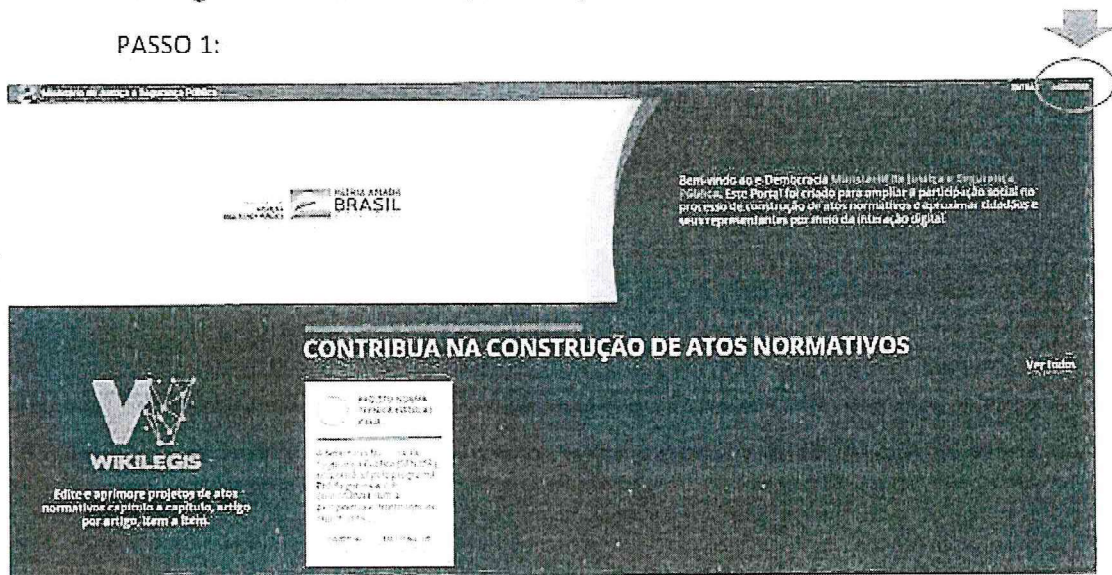
Prezados (as) Senhores (as),

Ao cumprimentá-los cordialmente, informo que EM BREVE a Consulta Pública do Plano Nacional de Segurança Pública será disponibilizada para contribuições. Serão dois canais de interação. O primeiro é de acesso livre e destinado a população em geral. O segundo é restrito, destinado aos senhores e senhoras que foram devidamente indicados pelos entes federados e conselhos.

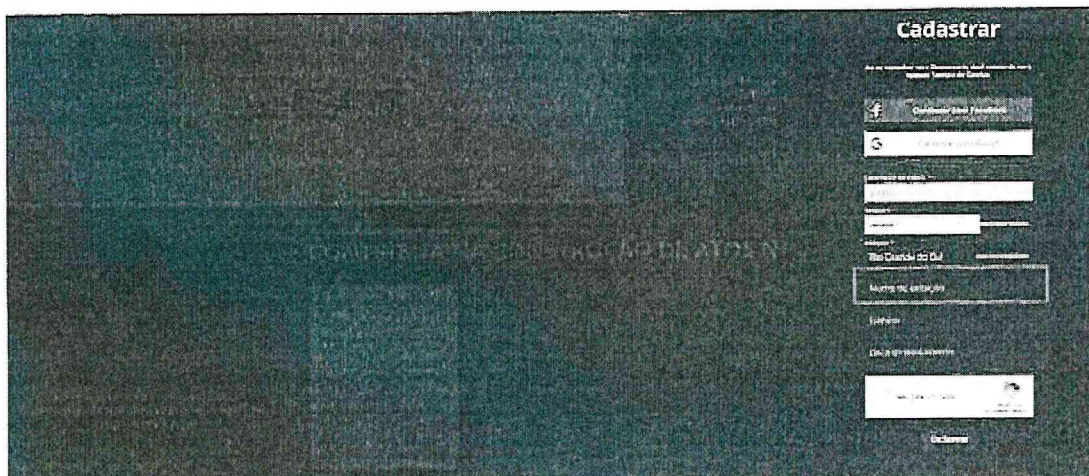
Para que os senhores (as) possam acessar a consulta é necessário que realizem o seu cadastro em <https://edemocracia.mj.gov.br/>. **PASSO 1:** Clique no canto superior direito em "CADASTRAR". **PASSO 2:** Preencha seu cadastro. É **IMPORTANTE** que preencha com seu nome e sobrenome completos no campo "NOME DE EXIBIÇÃO". Será pelo seu nome completo que permitiremos seu acesso ao ambiente restrito da Consulta Pública.

As imagens abaixo mostram o passo 1 e passo 2 mencionados acima.

PASSO 1:



PASSO 2:



Antes de iniciar a Consulta Pública, remeterei novo e-mail informando de forma precisa a data de início e fim da consulta.

Qualquer necessidade de esclarecimento, me coloco a disposição dos senhores e das senhoras para auxiliar no que for preciso.

Respeitosamente,



12126203



08004.000748/2020-36



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria-Executiva

EDITAL N.º 1/2020

PROCESSO Nº 08004.000748/2020-36

O MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, por intermédio da Secretaria-Executiva, disponibiliza para consulta pública a proposta de atualização do Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSP), com fulcro na Lei n.º 9.784, de 1994, e no art. 5º do Decreto n.º 9.489, de 2018, que regulamenta, no âmbito da União, a Lei n.º 13.675, de 11 de junho de 2018, para estabelecer normas, estruturas e procedimentos para a execução da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social.

1. DO OBJETIVO DA CONSULTA PÚBLICA

1.1. A presente consulta pública tem o propósito de coletar contribuições, sugestões e críticas em face da minuta da atualização do Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSP), atualmente instituído pelo Decreto n.º 9.630, de 26 de dezembro de 2018.

1.2. O Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSP) é um conjunto não exaustivo de objetivos, de programas e de ferramentas de governança para fornecer melhores condições de segurança pública e acesso a direitos. Trata-se do principal instrumento de implementação da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, criada pela Lei n.º 13.675, de 2018, capaz de induzir o aperfeiçoamento da gestão e governança da Segurança Pública, cujas diretrizes devem ser observadas pelos entes federados para viabilizar o recebimento de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública.

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. O Edital poderá ser acessado no site: <https://www.novo.justica.gov.br/>.

2.2. Para acessar a consulta, é necessário que o interessado realize o seu cadastro em <https://edemocracia.mj.gov.br/> e siga os seguintes passos:

PASSO 1: Clique no em “CADASTRAR”, localizado no canto superior direito.

PASSO 2: Preencha o cadastro.

PASSO 3: Valide seu cadastro de acordo com as instruções remetidas para o e-mail informado no cadastro.

2.3. Qualquer interessado, pessoa física ou jurídica, poderá participar da presente consulta pública, que ocorrerá exclusivamente por meio de ferramenta eletrônica disponível no site: <https://edemocracia.mj.gov.br/wikilegis/>.

2.4. Os interessados poderão participar da presente consulta pública apresentando contribuições, sugestões e críticas no período de **14/07/2020 a 28/08/2020**.

3. **DISPOSIÇÕES GERAIS**

3.1. Dúvidas e esclarecimentos podem ser sanados pelo telefone (61) 2025-9378 ou pelo e-mail consultapublicapnsp@mj.gov.br.

TERCIO ISSAMI TOKANO
Secretário-Executivo



Documento assinado eletronicamente por **TERCIO ISSAMI TOKANO**, Secretário(a)-Executivo(a) do **Ministério da Justiça e Segurança Pública**, em 10/07/2020, às 17:52, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **12126203** e o código CRC **FFD2EACF**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/aceso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.